

# A fábrica de crises



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF  
Jornalista

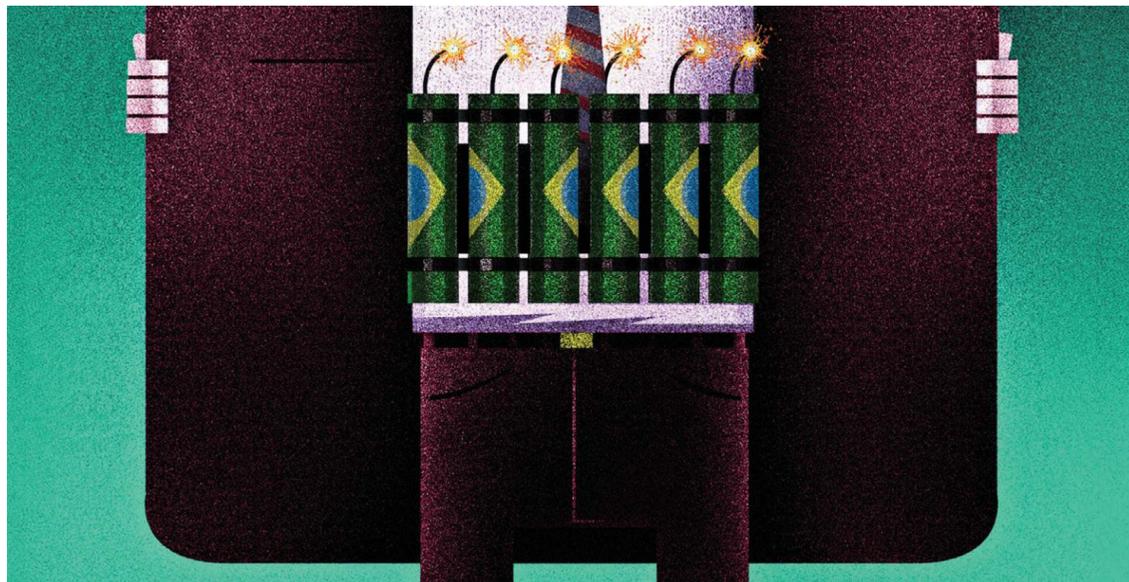
dentro do caixão para seu enterro. Abriu o caminho para os governos militares.

A atual crise entre o governo Lula e o Congresso possui ingredientes específicos. O presidente experimenta os mais baixos índices de popularidade. Esse dado coloca a possibilidade de sua reeleição como algo bem mais difícil do que supunham os líderes de seu partido. Sem Lula, o PT tende a perder substância, assim como o PSDB perdeu depois que os paulistas, liderados por Fernando Henrique Cardoso, deixaram a sigla por motivos diversos. Sem a presença do grande timoneiro, o partido perde protagonismo, não possui lideranças capazes de substituir o líder e enxerga o fim de uma era. Afinal de contas, os ideais trabalhistas começam a se tornar secundários no mundo em que as pessoas fazem carreira criando os próprios negócios. O discurso do presidente e de seu partido se afundou em anacronismo insuperável. E a eleição é ano que vem.

Outro ingrediente importante da atual crise é a incapacidade de o atual governo selecionar objetivos e definir suas metas. O governo anuncia, quase toda semana, um novo projeto em que concede mais favores às classes menos favorecidas. À guisa de exemplo, vale lembrar que nos arquivos oficiais estão registrados nomes e endereços de mais de cem milhões de pessoas que recebem os mais diferentes benefícios. Não há possibilidade de atender a tudo e a todos. Por essa razão, o governo precisa sempre recorrer ao mesmo expediente: aumentar impostos. Do ponto de vista político, ele também não pode reduzir suas despesas, porque a tentativa de atender a todos é a base de sua política paternalista. Não há como economizar recursos, nessa visão. Reduzir gastos significa perder votos. Neste momento de baixa popularidade, a ação se torna impossível.

A novidade do momento é que a cúpula política do Brasil está fora do país. As autoridades brasileiras estão passeando pelo verão de Lisboa, no encontro promovido pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. Todos se encontram na terra de Camões e, lá, entre almoços, jantares e goles de bom vinho, traçam caminhos para eventual negociação entre governo e Congresso. É a nova maneira brasileira de solucionar suas dificuldades. O presidente Lula foi a Buenos Aires para a reunião do Mercosul, que concluiu o acordo de livre-comércio com o bloco formado por Suíça, Islândia, Noruega e Liechtenstein, e ouviu as rotineiras críticas do presidente Javier Milei contra o bloco sul-americano. Aproveitou a oportunidade e visitou Cristina Kirchner, que está em prisão domiciliar, condenada por desvio de dinheiro público.

As notícias de Lisboa indicam que conversas prosperam no sentido de algum tipo de negociação entre lideranças do governo e do Planalto. A falta de sintonia demonstra, mais uma vez, que o sistema de governo adotado no Brasil não é representativo. Ao contrário, é uma fábrica de crises. O partido do presidente é minoritário no Congresso. Tem perdido as últimas e mais importantes votações. Se o país fosse parlamentarista, o governo já teria sido substituído pelo grupo majoritário. No momento, a maioria está subjugada à minoria. Essa situação provoca vários desvios e equívocos. O mais conhecido deles foi o Mensalão. Ou seja, o governo, para aprovar seus projetos, precisava comprar a lealdade dos parlamentares. Agora, com a facilidade de produzir dinheiro por meio das emendas, nem esse mecanismo funciona mais. A persistir nesse caminho, em pouco tempo, o país será governado pela crise política, escorada no enorme déficit fiscal.



## Negritude em todos os espaços



» DENISE PESSÔA  
Deputada federal (PT-RS) e presidenta da Comissão de Cultura da Câmara

o Brasil com trabalho, com cultura e com resistência. Esse reconhecimento precisa estar em todos os espaços para reafirmar nossa identidade.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, atualmente vemos essa reafirmação em muitos territórios: nos terreiros, nos quilombos, nas lutas e na fé. Conforme o Censo de 2022, somos o estado com a maior proporção de praticantes de religiões de matriz africana do país: 3,2% da população. Ainda assim, convivemos com o racismo religioso. No último 13 de junho, data dedicada a Bará, orixá dos caminhos, a imagem dele foi vandalizada no Centro Histórico de Porto Alegre, onde havia sido assentada com reverência.

A sensação, ao perceber que o racismo persiste de formas tão diversas, é de cansaço diante das violências que se repetem diariamente. Por isso, o enfrentamento precisa ser permanente, e não pontual. Sou filha de um pedreiro e líder comunitário e de uma professora. Cresci em uma comunidade marcada por lutas por moradia e por educação. É dessa raiz de resistência que venho. Hoje, como primeira mulher negra eleita por Caxias do Sul e pela Serra Gaúcha e uma das primeiras do nosso estado, carrego comigo o sonho, a luta e a força de milhares de brasileiras e brasileiros que acreditam que a política precisa de novos rostos e histórias.

Ser antirracista não é apenas condenar o ódio: é garantir a dignidade. Não basta não ser racista. É preciso ser antirracista. É assegurar que a juventude negra tenha direito à vida, que os terreiros sejam respeitados, os quilombos titulados, as mulheres negras protegidas. É garantir que a história afro-brasileira seja ensinada,

valorizada e sustentada por políticas públicas e orçamento.

Nosso mandato atua com firmeza nesse compromisso. Propomos a reeducação obrigatória de agressores racistas e o acolhimento às vítimas. Também trabalhamos para que a discriminação, por origem regional, seja reconhecida como crime de racismo, porque o preconceito também atinge nordestinos e outros povos invisibilizados por parte da sociedade.

Além da atuação legislativa, destinamos recursos que fortalecem as lutas negras no território. Foram R\$ 600 mil para formar lideranças de terreiro com apoio do Ministério da Igualdade Racial e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; R\$ 800 mil para a economia solidária da Cooperativa Ajeumbó e da Associação São Jerônimo; R\$ 400 mil para a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola e R\$ 200 mil para o projeto Rotas Negras das Terras Gaúchas, em São Sepé.

A negritude precisa ser reconhecida como parte viva, potente e central do Brasil. Seja nas moedas que circulam pelas mãos do povo, seja nas escolas, na saúde, na cultura ou na fé. Para isso, a luta antirracista precisa ser estruturante: com políticas, com orçamento, com acesso, com reparação histórica.

Nosso objetivo é que o povo negro esteja onde quiser estar: nas universidades, nas bibliotecas, nos espaços de decisão, no Congresso Nacional. A negritude pulsa no coração do Brasil. Vive na palavra, no batuque, no gesto, na solidariedade, na construção do futuro. É por ela que sigo: com firmeza, com ação e com amor aos nossos ancestrais.

### Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br



## A independência de Galípolo

Analistas do cenário econômico, das mais diversas tendências políticas, concordam que, em 2027, o Brasil poderá reviver uma crise financeira e fiscal sem precedentes por causa do desequilíbrio nas contas do governo. Em um cenário dessa magnitude, a posição do presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, pode ser o alvo da atenção geral. Nesse ponto, ele pode oscilar entre o que quer um governo às vésperas das eleições de 2026, o que deseja o mercado e o que anseia a sociedade. Caso abandone a realidade em benefício da ficção, o estrago pode ser ainda maior.

Galípolo sabe disso. O nome dele está no jogo, é bom lembrar. Talvez nada disso o abale e tire o seu sono. Galípolo, por inércia política, é a figura do xeque-mate de uma crise já precipitada. É também um profissional que, com afinco, conhece a matemática financeira, uma ciência exata, em que os desafios aos números não são permitidos. Na posição de presidente do BC, sabe que escalou o topo da carreira. E, como tal, é o comandante em chefe dessa nau Brasil desgovernada. Temos assim o script completo de um país à deriva em sua governança econômica, mas que, no leme, está agora o presidente do Banco Central.

Muitos o veem como uma figura-chave diante dos riscos de um colapso fiscal e financeiro de grande monta. Oscilar entre o que deseja o governo, o que exige o mercado e o que espera a sociedade não é novidade, mas adquire uma dimensão crítica em períodos de instabilidade. Nessa encruzilhada, torna-se ainda mais evidente a necessidade de um Banco Central plenamente independente, blindado contra pressões políticas de curto prazo, especialmente em anos eleitorais, como o de 2026.

A Lei Complementar nº 179, de 2021, que conferiu ao BC autonomia formal, foi um passo importante na institucionalização dessa independência. Porém, como indica o texto, na prática, essa autonomia é sempre desafiada quando o presidente da instituição se vê entre as engrenagens de interesses contraditórios. Galípolo, com formação sólida em economia e perfil técnico, representa a racionalidade diante da política fiscal — muitas vezes, guiada por conveniências eleitorais. O risco de “abandonar a realidade em benefício da ficção” é um aviso contundente: o populismo econômico, disfarçado de programa político, tende a produzir distorções que não resistem à matemática dos juros, da dívida e do déficit. E aqui reside o valor estratégico da independência do BC: proteger a política monetária de aventuras irresponsáveis, sustentando credibilidade, combatendo a inflação e defendendo o real.

Quando se diz que Galípolo é o xeque-mate de uma crise já precipitada, é possível entender também que, diante da iminência de desequilíbrios fiscais, a autoridade monetária é o último bastião da confiança. Se essa barreira for rompida por interferências políticas, os danos não serão apenas econômicos, mas institucionais. O país voltaria a um ciclo vicioso de descrença, fuga de capitais e deterioração macroeconômica. Por isso, torna-se crucial reafirmar e preservar a independência do BC.

Num Brasil em que os ciclos políticos são voláteis e a tentação de manipular variáveis econômicas para fins eleitorais é permanente, manter essa instituição técnica e blindada é uma salvaguarda da própria democracia e da estabilidade econômica futura. No Brasil entre os anos 80 e início dos 90, a coisa era mais preocupante. Antes da autonomia formal do BC, o país enfrentava hiperinflação, com picos como 84% ao mês em 1990. Governos usavam emissão de moeda e manipulação de juros para cobrir déficits públicos, uma prática desastrosa que corroía salários e confiança institucional. A estabilização só começou com o Plano Real (1994), quando o Banco Central passou a adotar uma postura mais técnica e coordenada com metas de inflação.

Aprovada em fevereiro de 2021, a Lei Complementar nº 179 conferiu ao BC autonomia formal, com os seguintes pilares de mandato fixo e não coincidente com o presidente da República (quatro anos, renovável uma vez). Blindagem contra demissão sem justa causa; estabelecimento legal de metas de inflação como principal objetivo da política monetária e autonomia operacional para tomar decisões sobre taxa de juros (Selic); controle de liquidez e supervisão do sistema financeiro também estão previstos. Desde a autonomia, o Brasil tem conseguido manter a inflação dentro da meta em 2023-2024 (mesmo com pressões externas), e a política monetária tem sido mais previsível aos olhos dos investidores.

### A frase que foi pronunciada:

“A economia de mercado é mais eficiente na seleção natural dos indivíduos do que a política ou a natureza.”

Ludwig Von Mises

### » História de Brasília

O belo trabalho do sr. Geraldo Carneiro: o Banco do Brasil autorizou a instalação de uma agência em Taguatinga (Publicada em 5/5/1962)